



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE JORNALISMO

MARIA PAULA SILVEIRA SOUSA

MAIUHI MAYUKA:

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCOMUNICAÇÃO COM JOVENS
INDÍGENAS DE OIAPOQUE

MACAPÁ
2024

MARIA PAULA SILVEIRA SOUSA

**MAIUHI MAYUKA:
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCOMUNICAÇÃO COM JOVENS
INDÍGENAS DE OIAPOQUE**

Relatório de Projeto Experimental apresentado
ao Curso de Jornalismo da Universidade
Federal do Amapá, como parte das exigências
para obtenção do título de Bacharel em
Jornalismo.

Orientadora: Prof.a Dr.a Lylian Caroline
Maciel Rodrigues.

**MACAPÁ
2024**

MARIA PAULA SILVEIRA SOUSA

**MAIUHI MAYUKA:
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCOMUNICAÇÃO COM JOVENS
INDÍGENAS DE OIAPOQUE**

Relatório de Projeto Experimental apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Data da aprovação:
22 / 03 / 2024

Banca Examinadora

Orientador

Prof.a Dr.a Lylian Caroline Maciel Rodrigues
Universidade Federal do Amapá

Avaliadora

Prof. Me. Patrícia da Silva Teixeira
Universidade Federal do Amapá

Avaliador

Prof. Dr. Tadeu Lopes Machado
Universidade Federal do Amapá

Obrigada a todos que me ensinaram,
principalmente aqueles que amo e que me
fizeram querer ensinar.

AGRADECIMENTOS

Aos Jovens Comunicadores Indígenas do Oiapoque, Alex Sandro dos Santos, Aliberto dos Santos Benjamim, Anderson Forte Oliveira, Cristian dos Santos, Denise Mirella dos Santos Vidal, Diese Felício Batista, Edian dos Santos, Edileuza Monteiro Nunes, Elinaldo Narciso Henrique, Eriane dos Santos Figueiredo, Gabriela Vidal dos Santos, Joyce Felipe Aniká, Judielson dos Santos Aniká, Marcela dos Santos Araújo, Moisés Sedo Gomes, Neuraci Charles dos Santos, Ronaldo Batista Ioiô, Sebastian Fernando Forte Lod, Tiago Felício Batista e Victor Jean Jacque, obrigada por todas as aulas, aprendizados e palhaçadas, essa última nem sempre.

Agradeço a Davi Castro Gabriel, Luene Anicá dos Santos, Marcelo Fernando Domingues, Sônia Jean-Jaque, Rita Becker Lewkowicz e Thaís Cristina Herrero, meus companheiros de oficina.

A Associação Nana Kali'na, Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque – CCPIO e a Aldeia Galibi, por todo suporte durante as aulas.

Ao Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena e a Internews Brasil, instituições que apoiaram esta atividade.

A Lara Maisa Silveira Sousa e Maria Eugenia Lima Campos, pelo incentivo e apoio durante a escrita e revisão deste trabalho.

Por fim, a minha professora e orientadora Lylian Caroline Maciel Rodrigues, obrigada por me fazer enxergar o que estava bem na minha frente.

RESUMO

Este memorial apresenta a oficina de “Comunicação comunitária e combate à desinformação”, parte da formação de um grupo de jovens comunicadores indígenas, em Oiapoque, no extremo norte do Brasil, realizada entre os dias 16 e 20 de junho de 2022, na aldeia Galibi, na Terra Indígena Galibi. Como escopo teórico, a comunicação comunitária subsidiou a elaboração de processos formativos capazes de fortalecer a democratização, a pluralização das falas e o fortalecimento da identidade coletiva, promovendo a participação comunitária e evidenciando a importância de comunicadores populares para as comunidades e possíveis futuras novas lideranças indígenas. Diante da falta de representatividade na imprensa, ou do apagamento das narrativas indígenas ocupando o espaço público por meios de comunicação de massa, a comunicação comunitária é um pressuposto político capaz de promover o empoderamento e marcar a (re)existência de grupos historicamente oprimidos a partir de discussões sobre a democratização da comunicação, utilizando pautas que de fato interessam e representam uma comunidade. Para a condução da oficina, optei pela educomunicação como metodologia por sua composição teórico-prático de interface entre educação e comunicação. A perspectiva educacional das áreas aproximadas é pautada em uma formação política, coletiva e crítica; sendo ela imprescindível para a constituição de comunicadores populares, pautados na relevância da comunidade, em seus contornos identitários e territoriais. Foram utilizadas técnicas e atividades práticas comunicativas assim como materiais multimidiáticos, capazes de promover a autonomia na produção de conteúdos e preservação da memória.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária; Educomunicação; Democratização da Comunicação; Indígenas; Oiapoque

ABSTRACT

This memorial presents the workshop “Community communication and combating misinformation” that took place as part of the training of a group of young indigenous communicators in Oiapoque, in the far north of Brazil, held between the 16th and 20th of June 2022, in the Galibi village, situated in the Galibi Indigenous Land. As a theoretical scope, community communication supported the development of training processes capable of strengthening collective identity, promoting community participation, and highlighting the importance of popular communicators of communities and possible future new indigenous leaders. Faced with the lack of representation in the media, or the erasure of indigenous narratives occupying public space by mass media, community communication is a political assumption capable of promoting empowerment and marking the (re)existence of historically oppressed groups from discussions about the democratization of communication, using agendas that interest and represent a community. To conduct the workshop, i chose educommunication as a methodology due to its theoretical-practical composition of the interface between education and communication. The pedagogical perspective of the approach areas was directed according to political, critical, and collective formation; It is essential for creating popular communicators, based on the relevance of the community, in its identity and territorial contours. The workshop training employed practical communicative techniques and activities as well as multimedia materials to promote autonomy in content production and preservation of memory.

Keywords: Community communication; Educommunication; Democratization of Communication; Indigenous; Oiapoque.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Participantes do segundo módulo da formação de Jovens Comunicadores Indígenas do Oiapoque-AP	20
Figura 2- Discussão sobre desinformação nas aldeias utilizando dinâmica de passagem de bola	22
Figura 3– Luene Karipuna apresenta a programação da oficina	24
Figura 4 - Exercício "sim" ou "não" sobre boas práticas na internet.....	25
Figura 5- Jovem comunicador escrevendo o roteiro de seu episódio.	25
Figura 6- Após a aula, pendurávamos as anotações do <i>flipchart</i> para consulta.	32
Figura 7- Ilustração do lema "Égua, peraí, o quê?"	32
Figura 8- Turma escolhendo as notícias falsas do varal	33
Figura 9- Quadro do vídeo sobre vacinação contra covid-19	34
Figura 10- Apresentação de Sônia Jean-Jacque sobre legislação e desinformação.....	35
Figura 11- Aula sobre privacidade e reputação	36
Figura 12- Percepções sobre política	37
Figura 13- Construção dos roteiros do podcast.	38
Figura 14- Equipes trabalhando no material de divulgação	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
3 METODOLOGIA	21
4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO.....	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42
ANEXO – A	44
ANEXO – B.....	45
ANEXO – C	47

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a comunicação comunitária desempenha um papel de resistência e empoderamento. A produção de mídia comunitária (Paiva e Sodré, 2014) compreende mensagens mais inclusivas e menos estigmatizantes, pois aproxima informação e população de determinada localidade. A comunicação comunitária alcança pessoas que a grande mídia não costuma se interessar. Um veículo comunitário emerge a partir da necessidade da mobilização social de um certo grupo para suprir demandas de sobrevivência, justiça social, participação ativa e informada nas tomadas de decisões. Esse movimento costuma ter a intervenção de lideranças e membros da comunidade que reivindicam o protagonismo das suas lutas com mensagens críticas-emancipatórias, compartilhadas em um espaço democrático educativo. Há diversos meios que podem ser utilizados para estes fins, como uma rádio, um aplicativo de celular, redes sociais, sala de aula ou qualquer outro ambiente onde as pessoas possam interagir e debater de forma democrática.

A democracia, como perspectiva de inclusão de povos e populações em tomadas de decisões, é um processo igualitário. A democratização da comunicação, nesse sentido, é representada na comunicação comunitária como um instrumento fundamental para a consolidação da cidadania e dos direitos sociais (Vicente, 2009). Nesse contexto, surge a necessidade da (r)existência de comunicadores populares, pessoas capazes de se comunicar em nível local e comunitário com estratégias para democratizar a comunicação (Kaplún e García, 1985), utilizando ferramentas de mídias como instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador, com habilidades necessárias para avaliar criticamente as informações que encontram, e produzi-las a partir da própria experiência e vivência territorial. Assim surge a questão: como formar comunicadores populares em território indígena?

Para responder a essa pergunta, será apresentado, no escopo deste trabalho, o projeto experimental, executado em formato de oficina, “Comunicação comunitária e combate à desinformação”, que corresponde ao segundo módulo da formação de Jovens Comunicadores Indígenas do Oiapoque-AP. Esse grupo é composto por 19 indígenas, que representam os quatro povos dessa região: Karipuna, Galibi Marworno, Galibi Kali'nã e Palikur. Como qualquer proposta de ação comunitária para a comunicação de movimentos sociais e lideranças políticas de grupos em luta, toda a construção e produção devem ser coletivas. Nesse sentido, é

importante mencionar a minha participação integral na elaboração da oficina e das dinâmicas, bem como na produção do material teórico e prático, mas, também frisar a contribuição de líderes comunitários, representantes de parceiros institucionais e dosicineiros: Luene Anicá dos Santos e Davi Castro Gabriel, respectivamente dos povos Karipuna e Galibi Marworno, Sônia Jean-Jaque, vice-cacica da aldeia Galibi, Thaís Cristina Herrero, Rita Becker Lewkowicz e Marcelo Fernando Domingues do Instituto Iepé.

A oficina, realizada entre os dias 16 e 20 de junho de 2022, na aldeia Galibi, na Terra Indígena Galibi, teve apoio pedagógico e logístico da Área da Comunicação do Programa Oiapoque do Instituto Iepé¹ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – com o financiamento do projeto “Enraizado na Confiança”, da Internews², em parceria com as associações e conselhos dos povos indígenas de Oiapoque. No período citado, eu desempenhava o papel de estagiária de comunicação no Instituto Iepé. Inicialmente, a oficina não esteve vinculada à elaboração deste trabalho, mas sim a uma das minhas responsabilidades profissionais. Posteriormente, em diálogo com minha orientadora, colegas e demais participantes da oficina, considerando meu desejo em me envolver em projetos semelhantes e do entendimento do meu papel na mediação deste processo educativo, optamos por desenvolver este memorial. A partir das reflexões obtidas durante este projeto de campo experimental em comunicação comunitária, foi elaborado o presente relatório para a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.

A formação desses jovens começou durante a pandemia da covid-19. No Brasil, o período foi marcado por retrocessos nos direitos humanos, em que uma política anti-indígena e ruralista combinada com a avalanche de desinformações e *fake news*³ sobre a pandemia, também afetou as aldeias do extremo norte do país. Segundo o censo de 2023 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena do Oiapoque possui 8.088 pessoas, equivalente a 29,43% da população total do município, e concentra a maior população indígena do Amapá que se dividem em três Terras Indígenas: Uaçá, Galibi e Juminã. A maioria não possui fornecimento de energia elétrica e utiliza, por tempo limitado, geradores de energia para o abastecimento. O sinal de rádio e televisão não as atingem totalmente, seja pela distância ou pela localização montanhosa, a exemplo da Terra Indígena Uaçá. A solução para maior parte da entrada, saída e circulação de informações nos territórios é através da internet, que aproveita

¹ O instituto Iepé é uma organização não governamental e sem fins lucrativos dedicada a fortalecer cultural, política e sustentavelmente comunidades indígenas no Planalto das Guianas, no Brasil. Acesse: <https://institutoiepe.org.br/>

² A Internews é uma organização sem fins lucrativos que apoia a mídia independente. Seu objetivo é ajudar parceiros a disseminar informações confiáveis para milhões de pessoas, impactando positivamente suas vidas. Acesse: <https://internews.org/>

³ *Fake news*, ou "notícias falsas" em português, são formas de desinformação disseminadas estrategicamente.

a energia criada pelo gerador ⁴.

Na última década, a pesquisa “Narrativas ancestrais”, coordenada pela Amoreira Comunicação e FGV DAPP (2022), mapeou percepções sobre as pautas dos povos indígenas do Brasil. Foram entrevistadas 350 pessoas de diferentes públicos engajados e não engajados com a temática. Dentre os relatos, destaco dois: públicos não engajados (empresário): “Eu leio o jornal todo dia, pelo menos dois, Estadão e Valor, todo santo dia. Eu monitoro Brasília todo santo dia, mas não está no meu radar (...) não me vem um nome, uma figura. Normalmente, você sabe quem são os representantes da Febraban, os representantes das indústrias, você sabe quem está defendendo os ‘uberistas’, os taxistas, mas e os indígenas? Eu não sei”, e públicos engajados (liderança indígena): “Nesta última década, o que mudou foi o início de um processo de ocupação de espaços com vozes dos próprios indígenas. Nós nos organizamos e estamos à frente de discussões políticas, nas mídias sociais, tornando a nossa luta mais evidente para a sociedade”. Tais relatos demonstram as diferenças entre as percepções dos indígenas engajados com as pautas e as dos públicos não engajados com as pautas, elas refletem os problemas históricos de narrativas de detentores de poder às custas do apagamento da sociodiversidade brasileira (Fontes, 2022).

No estado do Amapá, a pesquisa “Novos Arranjos Econômicos de Comunicação na Região Norte” (Castro e Giraldi, 2019) nos mostra que o mercado de jornalismo alternativo conta com novas formas de produção, consumo e relações de comunicação. Os jornalistas recém-formados da capital, Macapá, enfrentam uma crise de desemprego, visto que não são absorvidos pelos meios tradicionais, como as redações de TV, rádio ou impresso, que sofrem com as reestruturações produtivas, refletindo na diminuição nos quadros de profissionais, acúmulo de funções, baixos salários e redações *home office*. No município de Oiapoque, a presença da imprensa é mínima. Segundo relatos da população, são duas rádios locais sem registros de jornalistas formados. Na Área de Comunicação do Iepé, quando é necessário levar uma pauta dos povos para a imprensa local, geralmente, faz-se a cobertura inteira, em parceria com a população indígena, pois, nas redações do Amapá, não há correspondentes em Oiapoque, ou as redações não enviam profissionais do jornalismo para fazer essa cobertura⁵. Raramente, algum repórter acessa os territórios, seja pela falta de interesse ou pelo não incentivo logístico

⁴ Para atender de forma mais eficaz as comunidades, está em processo de implementação uma conexão de internet via satélite, alimentada por energia solar e armazenada em baterias,

⁵ Ao longo da elaboração deste trabalho, uma correspondente da TV Amapá em Oiapoque iniciou recentemente suas atividades. Contudo, ela trabalha sozinha, fazendo uso exclusivo de um celular para capturar e enviar material à redação. Durante uma atividade prática com o grupo de jovens comunicadores, na qual a encontramos, ficou evidente que eles possuem uma estrutura de equipe e equipamentos superiores aos dela.

das redações.

A dificuldade de cobertura imposta pela falta de interesse da imprensa em assuntos de extrema relevância para os indígenas, assim como o “Plano de Vida dos Povos Indígenas do Oiapoque” - instrumento de garantia de direitos desses povos, que contempla o acesso à informação e à comunicação – evidenciou para as lideranças indígenas da região, a necessidade de empoderamento e protagonismo, reconhecendo, assim, a importância em se ter comunicadores das próprias comunidades educados nas mídias contemporâneas. Assim, essas jovens vozes guardam memórias sobre o seu povo e denunciam situações importantes para as comunidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de comunidade para os povos indígenas encontra-se intrinsecamente associado às suas culturas, tradições e modos de vida. Os povos Karipuna, Galibi Marworno, Galibi Kali'na e Palikur são portadores de expressões culturais específicas e regionais, compartilhadas ao longo do tempo. Essas expressões são o resultado das redes de relações históricas, caracterizadas pela coexistência em uma mesma região. Esse senso de identidade coletiva pode ser uma força mobilizadora na luta por direitos e interesses compartilhados. Na década de 70, (Vidal, 2007), tais grupos indígenas iniciaram um processo de organização política conjunta com a realização anual das grandes Assembleias Indígenas do Oiapoque, onde discutem problemas comuns da área, as tomadas de decisões e encaminham reivindicações às autoridades.

“Queremos os livros escolares publicados em nossa língua. Queremos pessoas da comunidade formados para fazer filmes, colocar em CD e DVD, para registrar coisas importantes. Que estes materiais sejam reconhecidos pelo MEC e colocados na internet, disponíveis para quem quiser pesquisar nossa língua e nossa cultura” (Kátia Santos, 2009, p. 39)⁶.

As comunidades indígenas de Oiapoque percebem na comunicação mais uma maneira de assegurar seus direitos, especialmente quando são os próprios membros dessas comunidades os detentores da enunciação. Utilizar a comunicação nesse contexto não se resume meramente a um exercício de cidadania, trata-se também de uma manifestação da prática de uma comunicação comunitária, popular e contra-hegemônica, evidenciando contranarrativas indígenas e uma autorrepresentação por meio da convergência de mídias.

“Tudo o que passa pelos movimentos feministas, pelos movimentos ecológicos, pelos movimentos homossexuais, étnicos, raciais, os movimentos dos negros. (...) Existem elementos de uma nova sociabilidade, uma nova agenda de temas importantes para as pessoas. (...) Estes movimentos, pequenos, em sua maioria inarticulados, à medida que se articulem e articulem a escola, e os meios de comunicação municipais, comunitários, irão criando redes de formação de cidadãos que vão ser muito eficazes, para fazer com que essas vozes dispersas comecem a tomar corpo no espaço regional e, inclusive, no espaço nacional” (Martín-Barbero, 1999, p.78-79).

A comunicação comunitária vai além de simplesmente transmitir informações, ela se torna uma força poderosa na sociedade, ao contribuir para a conscientização, a participação e a igualdade entre os membros da comunidade. Em vez de ser um meio unidirecional de

⁶ Depoimento coletado durante a execução do Plano de vida dos povos do Oiapoque.

comunicação, ela permite a pluralização de vozes e opiniões na esfera pública. Isso acontece por meio de debates, discussões e expressões que refletem os diversos pontos de vista presentes na comunidade. Dessa forma, além de informar, ela facilita a interação, o diálogo e a troca de ideias entre os membros da sociedade, contribuindo significativamente para a promoção da consciência cívica, o engajamento ativo e a igualdade de participação.

Paiva (2002) conceitua a produção comunitária como parte de um pressuposto político, que pode assumir diversos contornos, como movimentos com ênfase na ecologia, viés educacional, resgate da memória de uma determinada população, aspectos culturais, entre outros. Segundo a autora, o imperativo de produzir um veículo de comunicação comunitária surge a partir de um conjunto de demandas sociais, das quais uma parte significativa já está em processo de atendimento.

Os veículos comunitários não são apenas transmissores de mensagens, mas catalisadores de mudanças sociais, alimentando uma consciência coletiva e desafiando paradigmas estabelecidos pela grande mídia. Conforme apontado por Miani (2011 *apud* Paiva, 2007, p. 140), “são instâncias contra-hegemônicas comunicacionais, em direção à construção de uma nova ordem de comunicação”. Em outro texto, Paiva (2002) descreve a presença social dos veículos de comunicação comunitária como um reconhecimento coletivo de uma insatisfação.

Kaplún e García (1985) faz uma significativa contribuição ao ressaltar a comunicação popular e alternativa como “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”. O autor também destaca a natureza educativa das mensagens produzidas, esclarecendo que estas são elaboradas “para que o povo tome consciência de sua realidade”, “para suscitar uma reflexão” e, ainda, “para gerar uma discussão”. Nessa perspectiva, os meios de comunicação comunitária se configuram como instrumentos para uma educação popular, oferecendo processos educacionais como metodologia.

A participação efetiva da comunidade na elaboração das produções é exatamente o que distingue um veículo comunitário de veículos tradicionais. O envolvimento de todo o grupo social é uma conquista a ser alcançada, mesmo que existam na comunidade pessoas exclusivamente responsáveis pela montagem do veículo (Paiva, 1998). O papel da comunicação na afirmação de direitos e identidades é evidenciado pela relevância da produção comunitária como instrumento político e educativo.

“A utilização destes veículos por parte do governo em períodos de campanhas de saúde ou educativas tem uma razão bastante clara, porque apesar da política persecutória, o governo não deixa de reconhecer o que é óbvio para todos: os veículos

de comunicação comunitária são os que reconhecidamente falam mais próximo às comunidades” (Paiva, 2002, p. 40).

A democratização da comunicação, segundo Martín-Barbero (2000), implica no reconhecimento de que estamos em uma sociedade em que o conhecimento e a informação desempenham papéis fundamentais, tanto nos processos de desenvolvimento econômico quanto nos processos de democratização política e social. A comunicação comunitária é um instrumento essencial para a democratização da informação.

Como afirma Vicente (2009), a comunicação exerce influência ao incentivar os sujeitos a se reconhecerem como protagonistas de seus direitos. Desse modo, a relação entre comunicação e cidadania transcende a busca pela liberdade civil ou política, abrangendo os desdobramentos dos direitos associados a essas esferas. Este empoderamento, advindo do exercício da comunicação, contribui para uma compreensão mais ampla do conceito de cidadania. A compreensão de que a mídia convencional geralmente não é representativa e se limita a uma perspectiva específica da realidade, e não sua totalidade (Paiva, 2002), evidencia como a comunicação comunitária está mais próxima do real. Ela se insere no cotidiano das comunidades, refletindo sua organização e sendo enriquecida por conteúdos informativos e culturais. Os sujeitos não são meros receptores passivos da informação, eles desempenham também o papel de produtores da mensagem.

A atuação na organização de iniciativas de comunicação comunitária resulta em um processo educativo prático e contextualizado. Peruzzo (1999) define as relações entre comunicação e educação fundamentais no processo de conquista de cidadania, porém, não a partir do papel da mídia, mas da comunicação que surge em consequência da práxis nos movimentos populares, comunitários e das demais organizações que tenham como estratégia a consecução dos interesses coletivos. Esse processo educativo inclui não apenas o acesso à informação, mas também ao desenvolvimento de habilidades de comunicação, pensamento crítico e resolução de problemas.

“Está aí o âmago da questão da educação para cidadania nos movimentos sociais: na inserção das pessoas num processo de comunicação, onde elas podem tornar-se sujeitos do seu processo de conhecimento, onde elas podem educar-se através de seu engajamento em atividades concretas no seio de novas relações de sociabilidade que tal ambiente permite que sejam construídas” (Peruzzo, 1999, p.216).

Para melhor compreensão da comunicação comunitária na prática - que pode ser associada a este trabalho - Peruzzo (1999) exemplifica as seguintes situações:

“[...] facilitar a valorização de identidades e raízes culturais. Exemplo: dar espaço para manifestações dos saberes e da cultura da população, da história dos antepassados, das lendas às ervas naturais que curam doenças. Servir de canal de expressão aos artistas do lugar, que dificilmente conseguem penetrar na grande mídia regional e nacional. Informar sobre como prevenir doenças, sobre os direitos do consumidor, acesso a serviços públicos gratuitos (registro de nascimento) e tantos outros assuntos de interesse social” (Peruzzo, 1999, p.218).

“Um programa de televisão ou de rádio, mesmo que não seja produzido com a participação ativa da própria população (através de seus representantes) a quem também se destina o produto final, mas por uma equipe local de moradores, ou até pelos funcionários de uma ONG ou de um sindicato, por exemplo, tem o potencial de contribuir na formação da consciência crítica e ampliação do nível de conhecimento dos emissores e dos receptores” (Peruzzo, 1999, p.220).

Não podemos deixar de mencionar que para fazer uma comunicação democrática e popular é essencial que as tecnologias sejam acessíveis. Para o cidadão comum, que se sente excluído pela imprensa tradicional, possuir um celular com acesso à internet, por exemplo, ampliou as possibilidades da comunicação e da forma de comunicar, emergindo como uma alternativa de empoderamento. Ele se percebe seguro para consumir e compartilhar uma variedade de conteúdos em diversos formatos dentro da rede.

“No Brasil, as configurações mais recentes evidenciam um maior uso das tecnologias de comunicação - rádio, televisão, internet, etc - pelas organizações comunitárias e ONGs, e de um processo crescente de democratização dos meios de comunicação de massa na sociedade” (Peruzzo, 1999, p.221).

A pesquisa TIC Domicílios 2023⁷ revela que o acesso à internet alcança 156 milhões de pessoas, o que corresponde a 84% da população com 10 anos de idade ou mais. Em comparação com o ano de 2022, quando o acesso à internet na área rural era de 72%, houve um aumento de 6%. Dentre os usuários, 58% acessaram a internet exclusivamente por meio do celular. Os indicadores apontam que 65% ouviram música, 64% assistiram a vídeos e 29% ouviram podcasts. São dois milhões de jovens e adolescentes online, com idades entre 10 e 24 anos, que leem ou assistem notícias na internet. A busca por informações é uma parte significativa da experiência online da maioria dos usuários nessa faixa etária, seja para trabalhos escolares, questões de saúde ou mesmo para ficar por dentro do que acontece em sua rua ou bairro. Além disso, a pesquisa revela que, na região Norte, 79% dos domicílios possuem acesso à internet.

⁷ A pesquisa TIC Domicílios tem o objetivo de mapear o acesso às TIC nos domicílios urbanos e rurais do país e as suas formas de uso por indivíduos de 10 anos de idade ou mais. Ela é realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e demais consultores.

No entanto, 37% dos entrevistados apontaram a falta de disponibilidade do sinal de internet em suas áreas de moradia como motivo para não utilizarem a rede.

A popularização dos meios de comunicação já é uma realidade, saber e conseguir utilizar esse espaço de poder na sociedade é uma demanda democrática.

“Essa necessidade não é nova, mas ganha cada vez mais urgência à medida que saber filtrar e dar sentido ao grande fluxo de informação é um exercício diário, além de fator de inclusão ou exclusão social. Educar para a informação é um jeito de formar cidadãos livres e aptos a fazer escolhas conscientes” (Educamídia, 2021).

A promoção da alfabetização midiática e digital consiste em ensinar as pessoas a ler, analisar, interpretar e produzir mídia de forma eficaz. Isso envolve compreender como os meios de comunicação operam, como são produzidos, quem são seus públicos-alvo e quais são seus impactos na sociedade. Além disso, a educação para o uso das mídias deve abordar questões relacionadas à ética e responsabilidade no uso da comunicação digital a partir do momento em que o indivíduo toma consciência do seu poder. Isso envolve ensinar as pessoas sobre os princípios de respeito, privacidade, autenticidade e veracidade da informação, bem como os perigos da disseminação de desinformação e discursos de ódio.

A inclusão digital visa diminuir a divisão digital, assegurando um acesso equitativo e oportunidades de participação na comunicação digital para todos. Isso implica proporcionar acesso a recursos e tecnologias, bem como capacitar grupos marginalizados e historicamente oprimidos para usar efetivamente as mídias em benefício próprio e de suas comunidades.

“Longe de ser mero hobby, o uso da internet nas comunidades passou a ser um objeto de luta, uma ferramenta para competir com os meios de comunicação, para unir povos de vários lugares do Brasil e do mundo. As redes sociais, blogs e portais passaram a ser um movimento social em prol das comunidades indígenas” (Santos, 2002, p.5).

Na interpretação de Peruzzo (1999 *apud* Paulo Freire, 1981), ao afirmar que "todo ato educativo é um ato político e todo ato político é um ato educativo", Freire destaca que a educação não ocorre em um vácuo social, mas está intrinsecamente ligada ao contexto político em que se insere. Isso implica que o processo educativo não apenas transmite conhecimentos e habilidades, mas também influencia a consciência e as percepções dos indivíduos em relação à sociedade e ao mundo ao seu redor, podendo contribuir para mudanças sociais e políticas.

Da mesma forma, na afirmação "comunicação é um ato pedagógico e a educação é um ato comunicativo", Peruzzo (1999 *apud* Paulo Freire, 1981), ressalta a importância e a complexidade da comunicação no processo educativo e, ao mesmo tempo, as inter-relações

entre comunicação e educação. Peruzzo (1999) interpreta que essa interconexão entre os dois campos ultrapassa as instituições de ensino para adentrar no âmbito dos grandes meios de comunicação de massa, assim como na comunicação originada no contexto das práticas associativas e comunitárias. A comunicação desempenha um papel crucial na disseminação de conhecimentos e na formação de opinião pública, influenciando ativamente os processos educativos em diversos níveis da sociedade.

Nesse sentido, um ponto de convergência entre a educação e a comunicação, na prática, é a educomunicação. De acordo com Soares (2000), a educomunicação não se trata apenas de educar utilizando a comunicação como instrumento, mas sim de permitir que a própria comunicação seja o eixo central dos processos educativos, educando por meio da comunicação e não apenas para a comunicação. Nessa perspectiva, os meios de comunicação são integrados em um projeto pedagógico mais amplo, onde a comunicação educativa é vista como uma relação, não apenas como um objeto.

Com suporte e equipamentos, ainda que simples, porém adequados, é possível que populações, como os povos indígenas, construam seus próprios discursos, permitindo, assim, o surgimento das etnomídias indígenas. De acordo com Demarchi e Gomes (2022 *apud* Machado 2020) destaca que o termo "etnomídia" teve sua origem em 1997, impulsionado pelo grupo de pesquisa "Etnomídia: pesquisa em mídia e etnicidades", vinculado à Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esse conceito foi desenvolvido para analisar os impactos das mídias nas comunidades indígenas.

“[...]Etnomídia é resultado da convergência de mídia e apropriação de diferentes grupos étnicos de tais mídias. Possibilita pensar e realizar a comunicação de diferentes formas, saindo do formato jornalístico tradicional. O etnojornalismo traz para os conteúdos produzidos visões de mundo dos comunicadores, suas etnias e culturas, contribuindo para a descolonização dos meios de comunicação” (Demarchi e Gomes 2022, p. 12, *apud* Tupinambá, 2016).

A partir desses ideais, entendermos o funcionamento dos processos comunicativos comunitários. Ainda, trazemos neste trabalho, como parte destes processos, provocações feitas para o grupo de jovens comunicadores indígenas, sobre como podem contribuir para suas comunidades com soluções comunicativas. Nas Terras Indígenas de Oiapoque, onde as aldeias não estão imunes às transformações ocasionadas pela internet, a chegada da rede tornou-se uma solução para facilitar o fluxo de informações dentro e fora dos territórios, mas, também, os deixou vulneráveis às desinformações. Durante o período da pandemia, por exemplo, um dos jovens comunicadores relatou: "chegaram muitos boatos na aldeia de que o governo ia enviar um monte de caixões e que o exército viria para levar as pessoas, porque todos iriam morrer."

Em outro relato, foi mencionado: "na minha aldeia, houve *fake news*, mas ninguém acreditou. Ouvimos que a doença estava chegando e decidimos bloquear a entrada do igarapé".

No contexto socioamazônico, o rádio ainda mantém uma importância extrema, pois muito do empoderamento cultural da região é transmitido por meio deste veículo.

“Na Amazônia, onde as distâncias e a falta de infraestrutura de acesso afastam e isolam os moradores, o rádio acaba preenchendo esse espaço, devolvendo ao mais humilde ribeirinho o sentimento de fazer parte de uma comunidade muito maior” (Martins, 2005, p. 114).

Por essa razão, no território onde atuamos com o projeto experimental, o podcast foi apresentado como um produto comunicacional que potencializa e proporciona autonomia às vozes populares já existentes. Esta mídia sonora, semelhante ao rádio, ganha suporte adicional com a internet, sendo mais acessível e econômico, com um alcance amplo, atemporal e duradouro. Assim, essas vozes podem se multiplicar dentro da lógica midiática e se apropriar dos meios de comunicação.

“Em linhas gerais, podcasts são programas de áudio ou vídeo ou ainda uma mídia de qualquer formato cuja principal característica é sua forma de distribuição direta e atemporal chamada *podcasting*. Isso os diferencia dos programas de rádio tradicionais e até de audioblogs e similares” (Luiz, 2010, p. 1).

O grupo de jovens comunicadores indígenas utilizou o podcast para combater a desinformação relacionada aos boatos que circulavam nas suas comunidades em relação à pandemia de covid-19.

Figura 1- Participantes do segundo módulo da formação de Jovens Comunicadores Indígenas do Oiapoque-AP



Fonte: Moisés Sedo - Arquivo Instituto Iepé

3 METODOLOGIA

Para a realização da oficina, optamos por utilizar a educomunicação como metodologia. Ela é uma prática educativa em interface com o campo da comunicação, fundamentada na participação coletiva, na crítica e na produção midiática. O uso do termo "educomunicação" ainda é recente, e alguns autores o mencionam como "educação e comunicação". Soares (2000) descreve esse campo como uma inter-relação entre comunicação e educação, ou simplesmente educomunicação. A educomunicação pode ampliar a participação e a criatividade em espaços formais e informais de ensino, protagonizando produções e criações midiáticas do aluno. A relação de educação e comunicação atribui valores de ação, ou seja, amplia as formas de expressão no processo educativo utilizando a comunicação. É uma metodologia relacionada à comunicação comunitária, como uma forma de hackear e emancipar a comunicação popular do sistema de grandes mídias, a partir da necessidade da comunidade em ter uma comunicação segura e confiável.

Segundo Peruzzo (1999), a educomunicação no contexto da educação informal que ocorre no campo das organizações e movimentos populares e ONGs - Organizações não Governamentais, no âmbito do terceiro setor, acontece quando as pessoas se mobilizam, se organizam ou se envolvem em organizações já existentes para garantir a defesa dos direitos humanos fundamentais e abordar questões sociais de grande amplitude, que impactam toda a sociedade, temas como ecologia e promoção da paz são exemplos de preocupações centrais dessas iniciativas, refletindo a busca por uma sociedade mais justa e equilibrada.

Soares (2000) categoriza a educomunicação como um campo teórico-prático que propõe alternativas como educação para a mídia, utilização das mídias na educação, produção de conteúdos educativos e gestão democrática das mídias.

A educação para a mídia refere-se ao processo de educar as pessoas para que se tornem críticas e conscientes em relação à mídia. Isso envolve ensinar habilidades para analisar, avaliar e interpretar as mensagens midiáticas, compreendendo seus contextos e impactos na sociedade. Na oficina, foram apresentados e debatidos temas como a desinformação, a identificação de *fake news*, a privacidade e reputação na internet, o *cyberbullying*⁸, a liberdade de expressão e tudo o que constitui o discurso de ódio. Foram realizadas rodas de conversa, incluindo uma

⁸ *Cyberbullying* é a prática de bullying em ambientes virtuais, como redes sociais, jogos e aplicativos de mensagem. "*Bullying*" tem origem no termo em inglês "*bully*", que, traduzido para o português, significa "brigão" ou "valentão".

dinâmica de passagem de bola aleatória, na qual a pessoa com a posse da bola tinha a oportunidade de falar sem interrupções.

Figura 2- Discussão sobre desinformação nas aldeias utilizando dinâmica de passagem de bola



Fonte: Maria Silveira - Arquivo Instituto Iepé

A utilização das mídias na educação, consiste em incorporar ativamente as tecnologias de comunicação e mídia no processo educacional, utilizando-as como ferramentas para a aprendizagem. Isso pode incluir o uso de vídeos, podcasts, redes sociais e outras plataformas para criar conteúdo educativo e engajar os alunos de maneira mais eficaz. Nós utilizamos esses e outros recursos como slides, filmes, site para verificação de segurança de senha, aplicativos de edição e gravação, formulário online para identificar o tipo de conteúdo que os jovens consomem na internet e uma *playlist* para tocar durante os intervalos. Eles também ouviram exemplos de podcast de coletivos de comunicadores populares indígenas.

Figura 3– Luene Karipuna apresenta a programação da oficina.



Fonte: Maria Silveira - Arquivo Instituto Iepé

A produção de conteúdos educativos se refere à criação de materiais de ensino e aprendizagem que são específicos para os contextos educacionais, envolvendo outros recursos que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem. Para a oficina, não tínhamos acesso à energia em todos os momentos e utilizamos recursos como *flipchart*, quadro branco e *post-its*. Realizamos dinâmicas e atividades em grupo, como o "varal de desinformações", atividade desenvolvida na qual os jovens precisavam identificar quais eram as notícias falsas. Também promovemos a atividade de boas práticas na rede, onde foram apresentadas algumas afirmações sobre a forma como os jovens usam a internet, os participantes precisavam se posicionar no lado "sim" ou "não" de acordo com suas experiências pessoais, alguns foram selecionados aleatoriamente e explicaram suas decisões.

Figura 4 - Exercício "sim" ou "não" sobre boas práticas na internet.



Fonte: Thaís Herrero - Arquivo Instituto Iepé

Em outra atividade de integração, visando estimular o respeito e a empatia, dividimos os jovens em duplas e por cinco minutos tiveram a oportunidade para se conhecer e destacar aspectos positivos sobre o colega. Além disso, realizamos exercícios de corpo, voz e expressão onde nos posicionamos em círculo, a fim realizar alongamentos e exercícios vocais, enquanto discutíamos a importância de um comunicador saber se expressar e utilizar seu corpo como uma ferramenta para a comunicação.

A gestão democrática das mídias envolve a promoção de uma participação mais ampla e inclusiva na produção, distribuição e acesso aos meios de comunicação. Isso inclui garantir que diferentes grupos e perspectivas sejam representados nos meios de comunicação, bem como promover a transparência, a diversidade e a equidade no acesso e na utilização das mídias. Durante a formação, objetivando uma comunicação democrática dos jovens comunicadores indígenas de Oiapoque, lhes foi proposta, como ação final da oficina, uma atividade do projeto Enraizado na Confiança, da Internews, que consistia na criação do "*PodCast Maiuhi Maiuka*", cujo nome, nas línguas dos povos Karipuna e Palikur, significa mutirão.

Para a escolha do nome, realizou-se uma votação, permitindo que todos pudessem discutir e decidir qual seria o mais representativo para o grupo. O objetivo era alertar e fornecer orientações para as aldeias sobre como lidar com a desinformação. Para estimular a produção, os episódios foram feitos individualmente. Levando em consideração a ansiedade e a rapidez com que a internet influencia os usuários, tanto os comunicadores quanto os ouvintes são impactados. Por esse motivo, os episódios têm uma duração de até cinco minutos, e o formato

foi concebido para ser distribuído pelo aplicativo WhatsApp, amplamente utilizado pelas comunidades locais. O conteúdo está disponível no formato de *reels* na conta do Instagram do grupo - Rede de Comunicação Arawa (@redearawa) - e no canal do YouTube do Instituto Iepé. No total, foram publicados 15 episódios⁹ do podcast (Anexo B).

Sob a orientação dosicineiros, reforçamos dicas sobre como conduzir uma entrevista de áudio. Discutimos sobre a importância da mediação de um comunicador, além da orientação de técnicas para captar a voz em gravações de áudio, tanto do apresentador quanto do entrevistado. Cada jovem pode escolher um tema a partir dos conceitos mediados na oficina e uma linguagem como entrevista ou dicas. Eles nomearam e escreveram em papel um roteiro que continha um texto padrão para a vinheta. Os comunicadores tinham a opção de retornar às suas aldeias, tendo um prazo de dois meses para a produção. Nos meses seguintes, após o término do módulo, foram realizados acompanhamentos para as gravações, entrevistas, edição, desenvolvimento da identidade visual e seleção da música para a vinheta. Alguns deles optaram por gravar e editar no próprio celular ou computador, mas nem todos conseguiram finalizar seus projetos individualmente. Oito episódios foram concluídos e lançados em 29 de setembro de 2022. Em novembro de 2022, durante o terceiro módulo, os episódios restantes foram concluídos e publicamos em 19 de dezembro do mesmo ano.

Figura 5- Jovem comunicador escrevendo o roteiro de seu episódio.



Fonte: Thaís Herrero - Arquivo Instituto Iepé

Cada jovem comunicador foi equipado com um microfone de lapela, tripé, cartão de

⁹ Dos 19 participantes da oficina, apenas 14 concluíram seus episódios, enquanto 1 episódio foi elaborado por um aluno que não esteve presente nas atividades do segundo módulo.

memória, chip e celular. Ademais, para o uso comunitário, houve disponibilidade de um computador, câmeras, microfones e equipamentos de iluminação. Todos os equipamentos foram doados pelo Instituto Iepé com a finalidade da formação e da realização de atividades de pesquisa e cobertura nas aldeias.

4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO

O produto deste memorial é a oficina de comunicação comunitária e combate à desinformação, que corresponde ao segundo módulo da formação de Jovens Comunicadores Indígenas do Oiapoque-AP. Ela ocorreu entre os dias 16 e 20 de junho de 2022, na aldeia Galibi, situada na Terra Indígena Galibi. Para alinhar as temáticas, os planos de aula e a programação da oficina foram conduzidas reuniões entre osicineiros da comunidade, a equipe da Área de Comunicação e o Programa Oiapoque do Instituto Iepé. Essa construção colaborativa de proposta de comunicação comunitária não apenas aumenta a eficácia e relevância das iniciativas de comunicação, como também fortalece os laços, promovendo a participação da comunidade, capacitando seus membros em sua própria narrativa comunicativa.

4.1 PLANEJAMENTO

Nosso planejamento aconteceu em reuniões online, para tal, utilizou-se a plataforma *Google Meet*, em razão da distância geográfica dosicineiros, já que residem em diferentes localidades, incluindo Macapá, São Paulo, Oiapoque e em território indígena.

A primeira reunião do projeto foi realizada no dia 10 de maio de 2022, com a presença de Luene Anicá dos Santos - comunicadora indígena, Thaís Cristina Herrero – coordenadora de comunicação do Iepé, Rita Becker Lewkowicz – coordenadora do Programa Oiapoque do Iepé, e Marcelo Fernando Domingues – assessor indigenista do Iepé. Durante a reunião, Luene, Rita e Marcelo, que já haviam mediado o primeiro módulo da formação, forneceram informações detalhadas sobre o grupo e as necessidades da comunidade em relação à comunicação. Thaís e eu, membros da equipe de comunicação do instituto, participamos da reunião em que a equipe de Oiapoque nos convidou para mediar o segundo módulo, considerando nossa experiência e potencial de contribuição. O projeto "Enraizado na Confiança"¹⁰, da Internews, que foi o parceiro do segundo módulo, focou na abordagem do combate à desinformação relacionada à pandemia de covid-19. Como parte dessa parceria, nos foi solicitada a produção de um podcast e coleta de rumores¹¹. Diante dessa demanda, discutimos estratégias para introduzir o tema aos jovens comunicadores.

¹⁰ "Enraizado na Confiança" é um projeto de combate à infodemia ocorrida durante a pandemia da COVID-19. Mais informações em: <https://rootedintrust.org/pt/>

¹¹ "Rumores" é o termo utilizado pela Internews para substituir "desinformação" como uma forma de simplificar o conceito. No entanto, optamos por utilizar o termo "desinformação" durante a oficina.

Fizemos um esboço inicial da programação da oficina e definimos a data, que coincidiu com um feriado devido à impossibilidade de muitos jovens de faltarem à escola ou à faculdade. Na reunião, discutimos o formato da oficina, considerando diferentes abordagens, como uma roda de conversa, grupos menores seguidos de discussão em grupo maior, ou a utilização de formulários pré-estabelecidos. Também levantamos a possibilidade de realizar uma pesquisa prévia para identificar os temas de interesse dos participantes.

Ademais, discutimos estratégias para abordar a temática da desinformação, incluindo a definição desses conceitos e a realização de atividades práticas, como material da Internews para exercícios de reflexão. Para valorizar o trabalho dos participantes e promover a troca de experiências, planejamos criar um espaço interativo durante a oficina, onde os jovens pudessem compartilhar suas fotografias e apresentar os produtos de seus projetos de pesquisa nas aldeias. Além disso, destacamos a importância de discutir o propósito da comunicação e as responsabilidades associadas à produção de conteúdo, considerando a contribuição para o desenvolvimento do seu povo e preservação da memória para as gerações futuras. Sugerimos a realização de exercícios práticos, como a identificação de *fake news*, e agendamos uma próxima reunião para alinhar mais detalhes ou sugestões adicionais. Nossa abordagem central consistiu em conduzir aulas teóricas com a participação ativa de todos os envolvidos, tanto estudantes quantoicineiros, intercaladas com diversas atividades práticas.

No ano de 2021, participei da formação "Cidadão Digital" promovida pela SaferNet Brasil com o apoio da Meta, onde fui capacitada sobre questões relacionadas à cidadania digital, incluindo segurança online, combate à desinformação, autocuidado, respeito e empatia nas redes sociais. Essa experiência me garantiu habilidades e materiais didáticos relevantes para atender às demandas da oficina, uma vez que o curso objetivava abordar essas temáticas criando conteúdos informativos e multimídia em uma linguagem acessível aos jovens. Outras experiências práticas obtidas durante o curso de jornalismo, como na disciplina de comunicação comunitária, e uma pesquisa em rádio escolar, realizada durante meu estágio na Embrapa Amapá, contribuíram significativamente para minhas contribuições na atividade.

Na segunda reunião, realizada em 17 de maio de 2022, estiveram presentes Maria, Luene e Thaís. A facilitadora Luene, que é parte do povo Karipuna, é comunicadora indígena e é fruto de ações de comunicação comunitária na região, contribuiu significativamente para a reflexão sobre a construção de um material educacional mais alinhado com a realidade dos jovens. Ela ressaltou a importância de não sobrecarregar o conteúdo teórico e de incluir

uma variedade de atividades práticas, pois percebeu que é quando os jovens mais aprendem. Propôs a criação de um material educativo conciso e direto, destacando que na oficina anterior, foi exitoso abordar a comunicação através de elementos do cotidiano e do território, como a comunicação durante a caça ou os sons dos animais.

Luene também mencionou sobre a importância de utilizar os horários, além dos já estabelecidos para a oficina, a fim de estimular os jovens a abordarem questões e conversarem sobre assuntos que não tiveram oportunidade ou coragem de discutir anteriormente. Debates sobre a adoção de um método de feedback mais dinâmico, como um painel de *post-its*, para que os participantes pudessem expressar suas opiniões e expectativas de forma mais aberta e visual. Também falamos sobre a inclusão de informações sobre legislações relacionadas à *fake news* e procedimentos para denúncias de conteúdo prejudicial, como discurso de ódio e *cyberbullying*. A privacidade e a reputação online foram abordadas com base nos materiais que produzi no curso "Cidadão Digital" e no guia de boas práticas na rede fornecido pela SaferNet Brasil.

Quanto às práticas a serem realizadas, consideramos a experiência dos jovens em entrevistas em áudio, realizadas na primeira oficina. Sugerimos que os participantes também produzissem materiais sobre *fake news* para compartilhar nas aldeias, incluindo versões na língua de cada povo. Esses materiais poderiam variar de áudios e/ou podcasts a desenhos e/ou ilustrações, que posteriormente poderiam ser digitalizados e distribuídos via WhatsApp. Antes da oficina, produzimos um formulário no site *Google Forms* para enviar aos participantes, desse modo, coletaríamos informações sobre seus hábitos de consumo de conteúdo na internet, a fim de personalizar os materiais didáticos de acordo com suas preferências e referências. O questionário abordou uma variedade de temas, incluindo perguntas sobre as músicas que os jovens costumam ouvir, os programas ou vídeos que assistem, os jogos que costumam baixar, suas atividades preferidas online, o tempo que dedicam às redes sociais e quais plataformas utilizam com mais frequência.

Na reunião realizada em 19 de maio de 2022, estiveram presentes Marcelo, Davi Castro Gabriel – documentarista indígena, Luene, Maria e Thaís. Durante o encontro, discutimos a substituição do termo "*fake news*" por "desinformação". Acreditamos que utilizar o termo "*fake news*" atribui um peso jornalístico que nem toda informação falsa possui, enquanto "desinformação" é um termo mais abrangente e neutro. Abordamos ainda o tema autocuidado online, onde destacaríamos sobre a importância de não expor informações pessoais e de compartilhar mensagens positivas sobre os companheiros, por meio de uma dinâmica de roda

de conversa ou vídeos, ou mesmo separar duplas ou grupos para que os participantes se conheçam melhor e estabeleçam laços. Por fim, concluímos a reunião rascunhando a grade da oficina, atribuindo algumas tarefas específicas e determinando qual mediador seria responsável por conduzir cada momento durante as atividades.

No dia 9 de junho de 2022, remotamente, ocorreu a última reunião de planejamento. Participaram Marcelo, Davi, Luene, Maria e Thaís. Um dos principais encaminhamentos foi a definição dos materiais a serem utilizados, com destaque para a escolha de podcasts que abordassem diferentes formatos, como entrevistas e debates, a exemplo do “Copiô, parente?”, produzido pelo Instituto Socioambiental para Povos da Floresta no Brasil, e o “Amazônia Indígena”, podcast produzido pelos comunicadores da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB.

Definimos uma estratégia para coletar “rumores” durante as atividades da oficina, visando identificar quais informações falsas circularam nas comunidades indígenas durante a pandemia, e encaminhar os relatos para uma pesquisa da Internews. Ela consistiu em realizar uma aula sobre o que é desinformação, seguida por uma roda de conversa na qual explicamos o propósito da pesquisa para iniciar um debate entre os jovens. Também decidimos exibir vídeos durante a noite para enriquecer as discussões e estimular a participação dos jovens. Por fim, foram apresentadas outras sugestões para a realização de atividades práticas. Em razão de a oficina ter um conteúdo muito extenso, decidimos que não seria obrigatório terminar o podcast naquele momento, mas acreditamos ser importante que os jovens saíssem dela com o material já encaminhado.

Entre as reuniões, produzimos materiais pedagógicos, slides, atividades práticas e concluímos a programação da oficina (Anexo A), além de pesquisar e fazer o download de vídeos, podcasts e músicas para usar como referência, considerando o que havia sido preenchido no formulário. No local onde ocorreu a oficina, na aldeia Galibi, não tínhamos acesso à internet, e a energia foi disponibilizada em momentos específicos, para a reprodução de mídias, pois dependíamos do funcionamento do gerador. Portanto, foram impressas as fotos e as notícias a serem utilizadas nas atividades.

Além disso, osicineiros mantinham contato por meio de um grupo de WhatsApp e ainda trocavam e-mails para discutir ideias e esclarecer possíveis dúvidas. O curso contava também com um grupo de WhatsApp envolvendo todos os alunos e monitores. Thaís e eu fomos adicionadas a esse grupo e conseguimos estabelecer um diálogo online antes mesmo do início

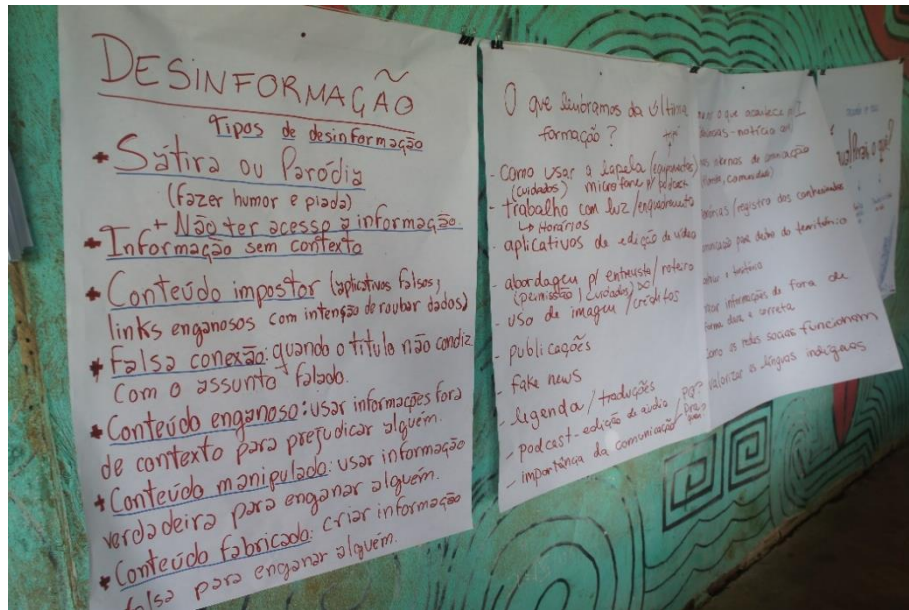
da oficina. Como parte da equipe de comunicação do Instituto Iepé, nós duas aproveitamos nossa comunicação diária para desenvolver o plano de aula da oficina. Realizamos algumas reuniões breves para discutir questões como a produção dos *slides*, a escolha da linguagem mais adequada para ser utilizada e a inclusão de “memes” conhecidos pelos jovens, pois uma vez que eles se identificam com a linguagem do conteúdo, o engajamento durante as aulas é ampliado. Organizamos todos os arquivos em uma pasta do *Google Drive* para que todos os instrutores pudessem acessá-la.

Após toda essa extensa preparação, a logística da atividade ficou a cargo do Programa Oiapoque. Davi e Luene são mobilizadores dos jovens e têm esse contato mais direto, também por serem indígenas. No dia 13 de junho de 2022, Thaís saiu de São Paulo e chegou em Macapá. No dia 15 de junho, saímos de Macapá em direção a Oiapoque, a viagem durou aproximadamente 12 horas. No mesmo dia, os jovens também começaram a se encaminhar para a aldeia Galibi. No dia 16, pela manhã, chegamos na aldeia e iniciamos as atividades da oficina.

4.2 MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Para abordar o conceito de desinformação e destacar a diferença entre este termo e *fake news*, Thaís preparou um slide explicativo. Nessa etapa, contribuí com minhas anotações e materiais didáticos do curso "Cidadão Digital" para auxiliar na elaboração do conteúdo. No entanto, dada a falta de energia elétrica durante a oficina, recorremos ao *flipchart* como alternativa. Para iniciar a atividade, realizamos um exercício de quebra-gelo, no qual os jovens foram divididos em grupos e cada grupo deveria apresentar uma mentira e duas verdades, desafiando os demais a identificar a que fosse falsa. Em seguida, promovemos uma discussão sobre a abrangência do termo "*fake news*", destacando que nem sempre as informações são falsas, mas podem ser apenas descontextualizadas. Apresentamos detalhadamente os diferentes tipos de desinformação, tais como sátira, informações sem contexto, conteúdo impostor, conteúdo manipulado e conteúdo fabricado, utilizando exemplos retirados de sites de notícias na internet.

Figura 6- Após a aula, pendurávamos as anotações do *flipchart* para consulta.



Fonte: Thaís Herrero - Arquivo Instituto Iepé

Após essa explicação, realizamos uma roda de conversa com uma dinâmica denominada de "passe de bola", a fim de coletar rumores para a pesquisa da Internews. Também discutimos estratégias para identificar uma desinformação, como a ausência de fontes confiáveis, sites duvidosos, imagens manipuladas e linguagem inadequada. Elaboramos um conjunto de diretrizes no *flipchart* para orientar os participantes quando desconfiar de uma informação, utilizando o lema "Égua, peraí, o quê?", incentivando-os a realizarem uma análise crítica antes do compartilhamento de qualquer conteúdo.

Figura 7- Ilustração do lema "Égua, peraí, o quê?"



Fonte: Adaptado pela autora a partir do material pedagógico do curso Cidadão digital

Posteriormente, organizamos um exercício prático, usamos um varal onde penduramos notícias falsas. Dividimos os comunicadores em grupos, cada grupo deveria selecionar algumas notícias e, com o auxílio dos facilitadores, analisá-las. Em seguida, apresentaram suas conclusões para todos, promovendo um debate sobre a veracidade das informações.

Figura 8- Turma escolhendo as notícias falsas do varal



Fonte: Maria Silveira – Instituto Iepé

Para abordar a desinformação relacionada à saúde, especialmente as que circularam nas aldeias durante a pandemia, apresentamos um vídeo produzido pela AIKA – Associação do Povo Karipuna, que contém discursos das lideranças Karipuna enfatizando, assim, a importância da vacinação contra a COVID-19. O outro vídeo apresentado, produzido por Takumã do povo Kuikuro, apresenta relatos de membros da comunidade sobre como a doença chegou ao território, que também ilustra como a disseminação de notícias falsas estavam se espalhando no território.

Figura 9- Quadro do vídeo sobre vacinação contra covid-19



Fonte: AIKA – Associação do Povo Karipuna

Nas discussões sobre legislação e desinformação, convidamos Sônia Jean-Jacque, vice-cacica da aldeia Galibi e estudante de direito. Sônia apresentou slides detalhando a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da Internet¹² que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, além de determinar as diretrizes para a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação ao assunto.

¹² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm

Figura 10- - Apresentação de Sônia Jean-Jacque sobre legislação e desinformação.



Fonte: Maria Silveira - Arquivo Instituto Iepé

Para debater temas como *cyberbullying*, privacidade e reputação na internet, utilizei um *slide* elaborado durante o curso "Cidadão Digital", que foi adaptado para os jovens indígenas participantes com base nas respostas do formulário. No material, destaquei o direito de todos à privacidade e a importância de escolhermos cuidadosamente o que compartilhamos sobre nossas vidas, especialmente online.

Discutimos brevemente questões como a troca de fotos íntimas e informações pessoais com estranhos, além de abordar medidas de proteção contra hackers, como a verificação em duas etapas, a atualização de e-mail, telefone e o uso de senhas difíceis. Para ilustrar a importância de senhas seguras, apresentei o site howsecureismypassword.net, que avalia a segurança das senhas, e recomendei dois vídeos informativos: um da SaferNet intitulado "Você sabe o que a Internet sabe de você?" e outro produzido por mim, durante o curso de cidadania digital, abordando os temas de privacidade e reputação. Considerando que muitos dos participantes são jogadores de jogos online, utilizei exemplos de jogos populares, como "Free Fire", "Fortnite" e "Among Us", para destacar a interação entre os jogadores e os possíveis riscos associados. Enfatizamos a importância do cuidado com as interações online e apresentamos opções de segurança e denúncias disponíveis em caso de bullying ou comportamento inadequado, para esse fim, como exemplo, usamos a plataforma "Discord", além de outras redes sociais.

Após a parte teórica da aula, realizamos a dinâmica do "sim" ou "não" sobre as boas

práticas na internet. Nessa dinâmica, foram apresentadas várias afirmações relacionadas ao uso da internet, os participantes precisaram se posicionar no lado "sim" ou "não", conforme suas experiências pessoais, bem como explicar sua escolha. Em seguida, fizemos a dinâmica para estimular o respeito e a empatia entre eles, dividimos os jovens em duplas, que tiveram cinco minutos para se conhecer e interagirem entre si, após este momento eles tinham que destacar aspectos positivos do parceiro para toda a turma.

Figura 11- Aula sobre privacidade e reputação



Fonte: Thaís Herrero - Arquivo Instituto Iepé

Ao abordarmos a temática da desinformação e política, realizamos uma roda de conversa que foi conduzida por Luene. Em 2022, foi ano eleitoral, consideramos essencial discutir esse assunto, pois durante períodos eleitorais, as notícias falsas tendem a circular nas comunidades indígenas. Durante o encontro, exploramos o conceito de política e refletimos sobre nosso papel nesse contexto, destacando que a política vai além do viés partidário. Apresentamos também alguns conceitos relacionados à política indigenista e ao movimento indígena, para isso, usamos cartazes que abordavam questões envolvendo a vida dos povos indígenas na esfera política. Além disso, fizemos uma dinâmica utilizando um cartaz com a frase "O que eu tenho com isso?", em que todos os participantes foram convidados a expressar suas reflexões por meio de *post-its*.

Figura 12- Percepções sobre política



Fonte: Thaís Herrero- Arquivo Instituto Iepé

Como o produto da oficina seria um podcast, dedicamos um tempo para discutir o conceito de podcast, explorando os diferentes formatos que eles conheciam e quais já haviam ouvido. Além disso, abordamos a produção de roteiros em áudio. Durante essa etapa, reproduzimos alguns podcasts de movimentos indígenas para que pudessem compreender melhor o funcionamento da vinheta, a apresentação e o conteúdo do podcast. Utilizei o *flipchart* para demonstrar como construir a estrutura de um roteiro. No primeiro módulo, já havia sido apresentado o formato de um roteiro. Por isso, nesta ocasião, limitamo-nos a esclarecer algumas dúvidas e a mostrar a estrutura em um cartaz, ressaltando a importância de ter um roteiro para guiar o trabalho durante a produção e a edição do material.

Figura 13- Construção dos roteiros do podcast.



Fonte: Thaís Herrero- Arquivo Instituto Iepé

Como forma de incentivar os jovens, nosso último exercício foi a divulgação da oficina feita pelo próprio grupo (Anexo C). Dividimos os participantes em equipes responsáveis por diferentes tipos de conteúdo: uma equipe para fotografias com legenda e autoria; equipe de vídeos destinados ao YouTube, com ênfase na elaboração do roteiro para narração em português, Kheol e Palikur; equipe para produção de vídeos voltados para as redes sociais; equipe para redigir uma matéria publicada no site do Iepé. Cada equipe recebeu orientação de um dos facilitadores. Todo o material produzido foi divulgado nas páginas do Iepé e enviado pela equipe de comunicação do instituto para as redações locais.

Figura 14- Equipes trabalhando no material de divulgação



Fonte: Alex Sandro dos Santos - Arquivo Instituto Iepé

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação comunitária é um processo educativo que não deve se limitar apenas ao aspecto técnico, mas também ser vista como uma formação política. Desde o segundo módulo, em 2022, tenho acompanhado este grupo de jovens, realizando pelo menos uma formação por ano e oferecendo acompanhamentos periódicos. Esse processo educativo não é rápido, ele requer uma construção cuidadosa, com orientação, referências locais e equipamentos adequados, além de provocação para estimular a participação ativa dos jovens.

Durante a oficina, discutimos temas relevantes e teorias que provocaram reflexões, como a importância de representatividade nas produções e uma comunicação eficaz com a comunidade. Essas discussões se transformaram em atividades práticas, como pesquisa nas aldeias, entrevistas, produções audiovisuais e engajamento nas mídias sociais, além da cobertura de ações ligadas ao movimento indígena, às organizações de base, lideranças e caciques.

O conhecimento adquirido transcendeu o ambiente da sala de aula, e agora os jovens têm seus próprios projetos pessoais de comunicação, que incluem fotografias, textos, músicas, vídeos, entre outros. Alguns aspiram seguir esse caminho profissionalmente, enquanto outros não, mas todos usam a comunicação para contribuir de forma significativa em suas respectivas comunidades.

Atualmente, esses jovens comunicadores se identificam como a Rede de Comunicação Arawa, cujo nome, na língua Parikawaki dos Palikur-Arukwayene, significa "arara". Embora ainda esteja em construção, esse reconhecimento não apenas fortalece a identidade coletiva, mas também ressalta o poder transformador da comunicação ao promover o empoderamento, a autonomia, a preservação da memória e o compartilhamento de conhecimentos entre as comunidades indígenas.

As respostas positivas dos caciques e lideranças enfatizam a importância de ter comunicadores do próprio povo apoiando a divulgação de eventos e reuniões, o que reforça a relevância do trabalho desses jovens e motiva outros a se envolverem nesse processo educativo e de fortalecimento comunitário.

Sinto-me muito feliz e orgulhosa ao ver todas as contribuições que eles fazem em seus locais. Em nossos encontros, sempre discutimos sobre “comunicar para quem e/ou por quê?”,

e embora as respostas variem, o entendimento da comunicação como instrumento político e social é o que mais me emociona. Desde o início até agora, testemunhei o crescimento desses jovens, alguns passando da adolescência para a vida adulta, casando-se, ingressando na faculdade, e a maioria continua participando da formação. Como mencionado, o processo comunitário também é político, e novas lideranças estão emergindo.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE. **Plano de vida dos povos e organizações indígenas do Oiapoque**. Oiapoque: APIO, 2009.
- CETIC. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2023**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- DEMARCHI, André Luis Campanha; GOMES, Débora dos Santos. **Etnomídia: contra-narrativas indígenas nas redes digitais**. Revista Extraprensa, v. 16, n. 1, p. 5-23, 2022.
- EDUCAMÍDIA. **O que é Educação Midiática?** In: Educamídia, 2021. Disponível em: <https://educamidia.org.br/educacao-midiatica>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FGV DAPP; AMOREIRA COMUNICAÇÃO. **Narrativas Ancestrais**. In: Amoreira Comunicação, 2022. Disponível em: <https://amoreira.info/narrativasancestrais/>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Indígenas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- KAPLÚN, Mario; GARCÍA, Maricarmen. **El comunicador popular**. Quito: Ciespal, 1985. Krohling
- LUIZ, Lucio et al. **O podcast no Brasil e no mundo: democracia, comunicação e tecnologia**. IV Simpósio Nacional ABCiber. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Desafios culturais da comunicação à educação**. Comunicação & Educação, n. 18, p. 51-61, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Sujeito, comunicação e cultura**. Revista Comunicação & Educação, 1999.
- MARTINS, Benedito Rostan. **Alô, Alô, Amazônia: A linguagem da floresta no rádio**. São Paulo: Limiar, 2005.
- MELO CASTRO, Beatriz.; GIRALDI PIRES, Paulo Vitor. **Novos Arranjos Econômicos de Comunicação na Região Norte: Um Olhar Sobre o Trabalho em Macapá**. In: Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0517-1.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.
- MIANI, Rozinaldo Antonio. **Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático**. Intexto, n. 25, p. 250-263, 2011.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAIVA, Raquel. **Para reinterpretar a comunicação comunitária**. O retorno da comunidade: Os novos caminhos do social, p. 133-148, 2007.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. **O seqüestro da fala comunitária**. InterSciencePlace, v. 1, n. 1, 2014.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. Comunicação & Informação, v. 2, n. 2, p. 205-228, 1999. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22855>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: um campo de mediações. Comunicação & Educação, n. 19, p. 12-24, 2000.

VICENTE, Maximiliano Martin. **Comunicação e cidadania**: tensões e complementaridades. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba. 2009.

VIDAL, Lux Boelitz. **Povos indígenas do Baixo Oiapoque**: o Encontro das Águas, o Encruzo dos Saberes e a Arte de Viver. 2ª ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio e Iepé, 2007.

ANEXO – A

PROGRAMAÇÃO – 2º MÓDULO DO CURSO DE JOVENS COMUNICADORES – 16 A 20 DE JUNHO – ALDEIA GALIBI (TI GALIBI)

	15/jun	16/jun	17/jun	18/jun	19/jun	20/jun
Manhã	Chegada na Aldeia Galibi	Chegada monitores Revisão do 1º módulo - Apresentação de trabalhos produzidos nas aldeias	Quebra-gelo O que é desinformação? Coleta de rumores	Legislação sobre desinformação Cyberbullying, privacidade e reputação Dinâmica “sim ou não” Dinâmica “palavras positivas”	Roteiro + produção do podcast	Retorno para Oiapoque e demais localidades
Tarde		Revisão do 1º módulo - Apresentação de trabalhos produzidos nas aldeias Roda de Conversa: O que fazer com o material produzido? Responsabilidade na produção e divulgação de informações.	Como verificar uma informação Dinâmica “varal desinformação” Exibição de vídeos AIKA e Takumã	Roda de conversa: Política indígena + Desinformação e política	Exercício para divulgação da oficina	
Noite		Ilha de edição	Cinedebate: Estreia do Filme "Vigilância na T.I Galibi"	Cinedebate	Festa de encerramento	

ANEXO – B

LISTA DE EPISÓDIOS DO PODCAST MAIUHI MAYUKA¹³

1. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 1: Como identificar as fake news? Com Moisés Sedo Gomes do Povo Palikur. Link: <https://youtu.be/PFxjU8CTQR0>
2. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 2: O que são fake news. Com Alex Sandro dos Santos do Povo Karipuna. Link: https://youtu.be/G6Qjyxy_108
3. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 3: Desinformação durante a pandemia da Covid-19. Com Mel Marworno do Povo Galibi Marworno. Link: <https://youtu.be/EYoBkBbnHok>
4. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 4: O que é conteúdo impostor? Com Joyce Aniká do povo Karipuna. Link: <https://youtu.be/-lfEbuPOVTo>
5. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 5: Desinformação na política. Com Edileuza Monteiro do povo Galibi Marworno. Link: <https://youtu.be/7bGU45mnfdU>
6. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 6: Dicas para identificar a desinformação. Com Marcela JeanJacque do Povo Galibi Kali'nã. Link: <https://youtu.be/o05TMh1NGiQ>
7. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 7: Dicas para não cair e não espalhar notícias falsas. Com Tiago Felício Batista do povo Palikur. Link: <https://youtu.be/ABtrOWnm18g>
8. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 8: Tipos de desinformação: sátira ou paródia. Com Elinaldo Narciso Henrique do povo Galibi Marworno. Link: <https://youtu.be/aA36QhKPYE8>
9. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 9: 4 dicas para identificar uma fake news. Com Denise Mirela, do Povo Palikur. Link: <https://youtu.be/RhtiXvDs9xA?si=CA58CBgohw1AiwLf>
10. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 10: O perigo das fake news no combate a covid-19. Com Sebastian Lod do Povo Palikur. Link: <https://youtu.be/XmHLgxhjg8c?si=2f9TmxDAA9fSsw-A>
11. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 11: Fake news que circularam nas aldeias. Com Anderson Ribeiro do Povo Karipuna. Link: <https://youtu.be/K4paEsk7V2E?si=z0fadzocWSC2vZFY>

¹³ Durante a criação da identidade visual do Podcast houve um erro de digitação em “Maiuhi” e foi divulgado como “Mauhi”.

12. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 12: Tipos de desinformação: conteúdo fabricado. Com Judielson Aniká do Povo Karipuna. Link: <https://youtu.be/JNc-3YquF6Y?si=6llQLs2e8ZyNPUT2>
13. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 13: Tipos de desinformação: informação sem contexto. Edian dos Santos, do Povo Palikur. Link: <https://youtu.be/1sjSwvC2jNk?si=vNrjBgaxGVucZpOS>
14. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 14: Como funcionam as fake news. Com Gabriela Vidal, do Povo Palikur. Link: <https://youtu.be/MFayIXmWFrg?si=697Odmnamqtx7J-N>
15. Podcast Mauhi Mayuka| Episódio 15: Privacidade e reputação na Internet. Com Eriane dos Santos, do Povo Palikur. Link: <https://youtu.be/ua5J1kM6DwQ?si=vxI2iXX27rrscIU>

ANEXO – C

MATERIAIS PARA DIVULGAÇÃO DA OFICINA PRODUZIDOS COM OS JOVENS COMUNICADORES

1. Vídeo “Formação dos jovens comunicadores indígenas”. Disponível em: https://youtu.be/4vksIt_hW0k?feature=sharedb
2. Vídeo “Kheoul - Formação dos jovens comunicadores indígenas”. Disponível em: <https://youtu.be/j09RLUZU5EY?feature=shared>
3. Vídeo “Palikur - Formação dos jovens comunicadores indígenas”. Disponível em: https://youtu.be/X_6-rPcAl1E?feature=shared
4. Vídeo “Jovens Comunicadores Indígenas de Oiapoque”. Disponível em: <https://youtu.be/BG2y3WnwvoM?feature=shared>
5. Texto “Conexão de jovens indígenas no Oiapoque”. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/2022/06/conexao-de-jovens-indigenas-no-oiapoque/>